

A CAMINHO DE 2024

200 anos de migrações alemãs para o Brasil

Artigo de **GERSON ROBERTO NEUMANN** e **JORGE LUIZ DA CUNHA**

In eigener Sache

Apoie! Participe!

Como membro da associação que publica o TÓPICOS, você:

- faz parte de uma rede de pessoas que, por meios online ou presenciais, mantém uma ligação especial com o Brasil;
- possui acesso a eventos promovidos pela DBG e também se informa sobre eventos dentro do Brasil;
- tem acesso a eventos presenciais (se necessário, é claro!) e acompanha como a mídia pública através de desenhos com relação ao Brasil;
- colabora de modo concreto para que possamos garantir e aperfeiçoar a publicação.

Associe-se à DBG!

formulário de adesão na última página

200 Jahre Einwanderung

Identität, Sprache und Kultur deutscher Auswanderer aus dem Hunsrück in den Süden Brasiliens im 19. Jahrhundert und ihre Nachfahren heute

Auf dem Weg ins Jahre 2024

GERSON ROBERTO NEUMANN & JORGE LUIZ DA CUNHA

Das Projekt A CAMINHO DE 2024 ist ein Meilenstein bei den Vorbereitungen für die Gedenkeinfahrten zum 200. Jahrestag des Beginns der deutschsprachigen Migration nach Brasilien, die am 25. Juli 1824 mit der Ankunft der ersten Einwanderer aus vierem deutschen Regionen und der Gründung der sogenannten Kolonie São Leopoldo in der damaligen Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul, im südlichen Bundesstaat Brasilien, begann...

Deutschsprachige Migranten nach Brasilien im Rio Grande do Sul wurden die Kolonie São Leopoldo, Três Forquilhas, São Pedro de Alcântara das Torres und São João Batista das Missões ab 1824 von der kaiserlichen Regierung unter dem gleichen Voraussetzungen gegründet, die die Schweizer Siedler in Nova Friburgo in Rio de Janeiro ab 1818 hatten: freie Zuzugung von Ländern, Werkzeugen und Subventionen.

Die Versprechungen und Vorteile für die Siedler dieser Kolonien waren nicht immer gehalten bzw. gegeben. Das verärgerte die preussische Regierung zum Entsetzen und schließlich musste das brasilianische Kaiserreich die Kolonien für die Überfahrt, die anfänglichen Unterstützungsleistungen für die Siedler und ihre Kolonien der Ländern garantieren.

Neue Mittelschicht ohne Sklaven Seit der Unabhängigkeit Brasiliens wollte die Regierung der brasilianischen Sozialstruktur eine Mittelschicht zwischen der Sklavenaristokratie und den Brasilianern schaffen: Ein selbstständiger Bauernstand war notwendig, um die expandierenden Städte und die Soldaten zu versorgen. Bereits der Kaiserin des portugiesischen Königs und seines Heeres in Brasilien (1808) hatte der Minister Pombal Kolonien mit Einwanderern von den Azoren im äußersten Norden und Süden Brasiliens mit dem Ziel gegründet, eine wirtschaftlich und sozial von den Großgrundbesitzern unabhängige Mittelschicht zu bilden. Der vorherrschende Geist der weißen Oberschicht und deren Verachtung der kolonialen Arbeit trübten sich jedoch bald unter den Azorenern und ausländischen Einwanderern aus und führten zur Ausschaffung von Sklaven.

König Dom João wünschte eine Steigerung der Bevölkerungszahl, um die Entwicklung des Südens zu fördern und gleichzeitig die Verteidigung der Grenzen zu des spanischen Nachbarn zu sichern. Im Jahr 1817 unterzeichnete Portugal ein Abkommen mit England, nach dem die Sklavensmuggel vollständig verboten und die Erfüllung des Vertrags kontrolliert werden sollte.

ZIELVORGABEN des PROJEKTS

- Durchführung von Akustiken zum Gedenken an den Beginn des Einwanderungsprozesses von Deutschen im Süden Brasiliens;
- Erstellung von Neuauflagen bedeutender Publikationen im Bereich der Historiografie zur deutschen Einwanderung;
- Übertragung von Werken zur deutschen Einwanderung und Kolonisation, die noch nicht in portugiesischer Sprache veröffentlicht wurden;
- Organisation und Veröffentlichung des *Dicionário Enciclopédico de Migração* mit Übersetzungen und Diskussionen zu den Begriffen Migration und Diaspora;
- Organisation von Sammelbüchern zu spezifischen Themen deutscher Kolonisation in Brasilien (Abeit, Familie, Religion, Erziehung, Sprache / Dialekt, Kultur, Musik usw.);
- Organisation, Herausgabe und Verbreitung eines Gedächtnisbuchs über die 200 Jahre der deutschen Einwanderung;
- Anfertigung von Unterrichtsmaterial für schulische und außerschulische Bildung;
- Durchführung einer Wanderausstellung von Werken des Künstlers Flavio Scholtes, Erstellung eines Katalog/Buchs zur deutsch-brasilianischen Kultur;
- Journalistische Veröffentlichungen (Berichte, Interviews, Beiträge usw.) zur Geschichte der 200jährigen deutschsprachigen Einwanderung;
- Durchführung des internationalen Seminars „200 Anos da História das Migrações Alemãs“ und des XXV. Symposiums zur Einwanderungsgeschichte und Kolonisation im Jahr 2024.

Mehr Informationen:
<https://www.dbg.org.br/pt/associacao/associado>

GESELLSCHAFT

Prof. Dr. Gerson Roberto Neumann, universität an der Universität Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras e Departamento de Línguas Modernas, Professor in Germanistik an der Pólos Universität Belem, Professor der Brasilianischen Verwaltung für Vegetarische Lebensmittelwissenschaft, 1986/87 – 2002/2003.

Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha universität an der Universität Federal do Rio Grande do Sul, in den Fachbereich Geschichte und Ethnologie, Professor in Germanistik an der Universität Hamburg, Leiter des Nucleo de Estudos em Cultura Brasileira, 1984/85 – 1987, Leiter der Associação Brasileira de História (Abu-História), 2002/03.

Die Einwanderung nach Brasilien, sowohl unter den Gebrühen von D. Pedro I in Brasilien als auch bei der Mehrheit der europäischen Regierungen, insbesondere von Deutschland.

Die Kolonie von São Leopoldo (Die von D. Pedro I gegründete Kolonie São Leopoldo) stand unter der Herrschaft der kaiserlichen Regierung und versuchte die strategischen Interessen der Krone, die in Europa Einwanderer rekrutierte – vorwiegend für die Auswandererkolonien des Kaisers und um Kolonien im Süden des Landes zu gründen, die als eine Art Wehrkörper für die dortigen Besitztümer verstanden werden.

Die ersten Einwanderer kamen am 25. Juli 1824 in der neuen Kolonie an. Jede Familie erhielt ein Stück Land von 72 Hektar.

Projektschreibung Das Projekt A CAMINHO DE 2024, das Forschung und Hochschulbildung umfasst, entstand aus einer Initiative des Instituto Histórico de São Leopoldo in Zusammenarbeit mit zahlreichen Professoren, Forschern sowie öffentlichen und privaten Schulen. Ziel ist die Erforschung, Registrierung und Verbreitung kritischer Konzepte der Migration in Vergangenheit und Gegenwart. Thematische spezifische Beiträge sollen eine neue, politisch wirksame Konzepte für ein nicht-dominierendes Erinnern ermöglichen, dabei soll es um eine kritische Auseinandersetzung mit kulturellen Praxis des Gedenkens der 200-jährigen deutschen Einwanderung über Gedenken und Fiktion hinausgehen, die – in Fortsetzung Krieger, Tugenden – nicht nur lehrbuch- oder auf die Historie bezogen sein.

TÓPICOS 2 - 2021 37

‘A CAMINHO DE 2024’ é um projeto que envolve pesquisa e extensão. Criado pelo Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) em 2018, ele está em execução por inúmeras instituições brasileiras e internacionais.

A intenção é referenciar as comemorações do bicentenário do início das migrações alemãs para o Brasil, através da fundação, com a chegada dos primeiros imigrantes vindos de territórios alemães, da chamada Colônia de São Leopoldo, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, em 25 de julho de 1824.

As intenções da imigração e colonização no sul do Brasil

No Rio Grande do Sul, a partir do ano de 1824, foram fundadas as colônias de São Leopoldo, Três Forquilhas, São Pedro de Alcântara das Torres e São João Batista das Missões pelo governo imperial, sob as mesmas bases do estabelecimento dos colonos suíços em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, a partir de 1818: concessão gratuita de terras, ferramentas e subsídios.

O cumprimento das promessas e vantagens aos colonos de São Leopoldo, Três Forquilhas, São Pedro de Alcântara das Torres e São João Batista das Missões nem sempre aconteceu. Houve problemas principalmente no que dizia respeito à demarcação dos lotes, problemas somados ao descumprimento

de vários itens dos contratos de colonização e outros. Esses fatos levaram o governo prussiano a intervir, o que resultou na autorização, por parte do governo imperial brasileiro, do pagamento das passagens, subsídios diários e concessão gratuita dos lotes.

Tais acontecimentos marcaram a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul, e o contexto em que se deram merece algumas reflexões.

Havia a necessidade do governo, na época da independência e mesmo antes, de criar uma classe média na estrutura social brasileira, então formada pela aristocracia escravista, de um lado, e pelos sem posses, de outro. Uma classe média que deveria ser capaz de desenvolver a policultura, tão necessária ao abastecimento das cidades em expansão e dos exércitos em campanha.

Essa preocupação já se fazia presente mesmo antes da vinda da corte portuguesa para o Brasil. Pombal manifestou essa intenção ao tentar criar colônias de açorianos, nos extremos norte e sul do Brasil, para a formação de uma classe média econômica e socialmente independente dos latifundiários. Contudo, o espírito dominante, e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve todos os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos (OBERACKER Jr., 1967, p. 221).

Dom João, em 1808, tinha como intenções o aumento considerável da população, para promoção da riqueza e da prosperidade do sul do país, e a defesa das fronteiras em tempo de guerra.

A partir de 1810, manifestou-se, mais claramente, uma nova preocupação: o suprimento de braços para a economia, que urgia ser repensado diante das pressões inglesas. Em março de 1809, a Inglaterra, ansiosa por novos mercados para suas manufaturas, aboliu o tráfico de africanos para todos os seus súditos e colônias, e passou a pressionar seus aliados para que adotassem medidas semelhantes. O sistema escravista vigente no Brasil consistia num sério obstáculo à expansão inglesa. Nessa forma de trabalho, o escravizado era privado de poder aquisitivo, o que limitava a expansão do mercado para as mercadorias inglesas. A Inglaterra tinha interesse em aumentar seu mercado consumidor, e para isso era imprescindível que se abolisse a escravidão. Diante disso, Portugal, durante as guerras napoleônicas, inteiramente dependente da potência inglesa, viu-se obrigado, pelo tratado de amizade e comércio assinado em 19 de fevereiro de 1810, a condenar por princípio o tráfico e limitá-lo ao sul do Equador. Em 1817, Portugal assinou uma nova convenção com a Inglaterra, onde era prevista a completa extinção do tráfico negreiro e estipulada a mútua investigação de seu cumprimento.

O Brasil, após a sua independência em 1822, necessitado do apoio inglês, reconheceu os tratados e as convenções celebrados por Portugal em nova convenção assinada em 23 de novembro de 1826, ratificada em 13 de março de 1827, onde se previa a proibição completa do tráfico de escravizados, a partir de 13 de março de 1830. Um decreto imperial de novembro de 1831 previa castigos aos transgressores da proibição e liberdade dos escravizados contrabandeados, e, finalmente, outro decreto, de 12 de abril de 1832, ordenava a execução obrigatória dessas leis. Todo este aparato judicial não passou de letra morta, apesar das constantes e insistentes pressões inglesas, que acabaram produzindo resultado somente em 1850, com a radicalização provocada pela chamada *Aberdeen Act* (de 8 de agosto de 1845, com este nome em homenagem ao ministro inglês de relações exteriores Lord Aberdeen) ou *Slave Trade Suppression Act*, promulgada pela Inglaterra, proibindo o tráfico de escravizados africanos.

A primeira fase da colonização com imigrantes não portugueses foi pautada pela expectativa da supressão do tráfico. Os grandes fazendeiros, mais capitalizados, compravam todos os escravizados que podiam, exatamente dos pequenos proprietários produtores de alimentos.

Os gêneros de primeira necessidade se tornavam escassos, e seu preço subia de forma alarmante. Essa situação ocupou o governo imperial nos primeiros anos da independência. O estabelecimento de colônias de estrangeiros, pequenos proprietários que utilizavam sua própria força de trabalho, nas regiões não ligadas diretamente à produção destinada ao mercado externo, atenuou os efeitos da crise de mão de obra na produção de alimentos e permitiu a migração de escravizados destas regiões para as regiões monocultoras, substituindo o braço escravo pelo braço imigrante na produção de alimentos.

Além da questão da supressão do tráfico, há um ponto que não deve ser desprezado na análise do contexto que motivou o começo da imigração e colonização alemã no Brasil: a necessidade política de formação de esquadrões de soldados que defendessem a independência brasileira ante as pretensões portuguesas.

O modo como se processou na Europa o recrutamento de colonos e soldados, e o fracasso da organização dos batalhões de estrangeiros, resultaram em completo descrédito da imigração para o Brasil entre os opositores de D. Pedro I no Brasil, de um modo contundente, e entre a maioria dos governos europeus, especialmente na Alemanha.

Com a lei de orçamento de 1830, projetada para os anos financeiros de 1831 e 1832, foram abolidas quaisquer despesas com imigração e colonização para todas as províncias do império brasileiro. A lei de orçamento de 1830 espelha a crescente oposição à política de D. Pedro I, e foi uma reação ao excesso de dinheiro gasto com os batalhões de alemães. Interrompeu-se também, assim, a contratação de mercenários para o Império como motivação para a entrada de estrangeiros no país, pelo menos até 1851, quando chegou ao Brasil a Legião Alemã, com 1.770 soldados.

A Colônia de São Leopoldo

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi estabelecida em lotes da Real Feitoria do Linho Cânhamo e Estância Velha. A primeira Real Feitoria do Linho Cânhamo foi fundada na Ilha de Canguçu, na Laguna dos Patos, em 1783, devendo dedicar-se à produção de linho para a fabricação de cordoalha náutica, para a Coroa. Em 1803, a Real Feitoria do Linho Cânhamo foi transferida para o "Fachinal da Courita" (Feitoria Velha), junto à margem esquerda do Rio dos Sinos. No mesmo lugar, na margem direita do Rio dos Sinos, entre os arroios das Pedras, Portão e Costa da Serra, em terras de campos e matos desapropriados

no começo do século 19 para a criação de gado, localizava-se a Estância Velha. A Feitoria Velha e a Estância Velha foram extintas em 1824, com a fundação de São Leopoldo.

Tal primeira experiência no Rio Grande do Sul não dispunha de uma regulamentação legal própria. Os primeiros alemães que nela se estabeleceram receberam as vantagens oferecidas aos colonos de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

São Leopoldo era uma colônia sob a responsabilidade do governo imperial, criada por D. Pedro I, e acobertava os interesses estratégicos da Coroa, que recrutava na Europa imigrantes, em sua maioria destinados aos batalhões de estrangeiros do imperador e à fundação de colônias em regiões remotas do sul do país para a defesa de suas províncias parcamente povoadas.

Os primeiros colonos imigrantes chegaram à nova colônia, que recebeu o nome de São Leopoldo, em 25 julho de 1824. Cada família recebeu, gratuitamente, um lote de 160.000 braças quadradas (cerca de 73 hectares). Ainda em 1824, foi escolhido o local para a povoação, junto da sede da antiga feitoria, logo depois transferido para a margem do Rio dos Sinos, no lugar chamado de Passo Geral, onde em 1828 começou a ser construída a primeira igreja católica e onde em 1833 foram demarcadas as primeiras quadras e lotes urbanos.

O OBJETIVO DO PROJETO 'A CAMINHO DE 2024'

Diante dessa introdução histórica básica, é fundamental que se organizem atividades que rememorem o início do processo migratório de estrangeiros, alemães, no sul do Brasil, a partir de um conjunto de atividades que levem à pesquisa, ao registro e à divulgação de conceitos críticos sobre as migrações humanas de um modo geral. Um conjunto de projetos tematicamente específicos e (sub)projetos, que possam contribuir para que novos conceitos sejam pensados e formulados e que tenham um efeito político, não meramente festivo ou autorreferenciado na construção de uma tradição – apenas folclórica – imaginativamente construída sobre a imigração e colonização alemã no Brasil.

A intenção é, portanto, criar possibilidades de reflexão crítica em todas as áreas do conhecimento; de forma a contribuir para a *práxis* político-cultural de uma memória e de uma história sobre a imigração germânica para o Brasil, iniciada em 1824, que recupere o papel da memória e da identidade cultural para a construção de uma unidade humana não discriminatória, como não raro indicam as memorações e comemorações tradicionalmente organizadas e executadas sobre temas migratórios.

Como metas específicas, o projeto prevê realizar as seguintes atividades:

- organizar atividades para rememorar o início do processo migratório de estrangeiros, alemães, no sul do Brasil, a partir de um conjunto de atividades que levem à pesquisa, ao registro e à divulgação de conceitos críticos sobre as migrações humanas de um modo geral:

- reeditar publicações consideradas clássicas no campo da historiografia sobre a imigração alemã para o Brasil;

- traduzir obras sobre imigração e colonização alemã no Brasil que ainda não foram divulgadas em língua portuguesa;

- organizar e publicar o 'Dicionário Enciclopédico de Migrações' com ênfase na promoção de reflexões e discussões sobre conceitos relacionados às migrações, diásporas e os deslocamentos humanos;

- organizar coletâneas sobre temas específicos ligados à imigração e à colonização alemã no Brasil (trabalho, família, religião, educação, língua/dialetos, cultura, música, etc.);

- editar livros paradidáticos para uso no campo da educação bem como ensino escolar e não escolar;

- editar novas publicações, livros autorais;

- realizar a exposição itinerante de obras (pinturas) do artista plástico Flávio Scholles com catálogo ou livro (*Bilder, die sprechen*), relacionadas com a cultura teuto-brasileira.

- promover publicações jornalísticas (reportagens, entrevistas, cadernos, etc.) que divulguem a memória e a história dos 200 anos da imigração de alemães para o Brasil.

- realizar o Seminário Internacional "200 Anos de História das Migrações Alemãs" e XXV Simpósio de História da Imigração e Colonização, em 2024.

Referências OBERACKER, Jr. Carlos Henrique. *A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*, v. 3. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.